

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANA CRISTINA COSTA DOS SANTOS
PÂMELLA RAPHAELLA PAIVA SILVA SOUZA

**PROPOSIÇÃO DE CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A INSERÇÃO DA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Santana do Ipanema - AL

2022

ANA CRISTINA COSTA DOS SANTOS
PÂMELLA RAPHAELLA PAIVA SILVA SOUZA

**PROPOSIÇÃO DE CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A INSERÇÃO DA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Josicleide de Amorim Pereira Moreira.

Santana do Ipanema - AL

2022

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237p Santos, Ana Cristina Costa dos.

Proposição de conteúdos programáticos para a inserção da educação financeira na formação em ciências contábeis / Ana Cristina Costa dos Santos, Pâmella Raphaella Paiva Silva Souza. - 2022.

39 f. : il.

Orientadora: Josicleide de Amorim Pereira Moreira.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Campus do Sertão. Santana do Ipanema, 2022.

Bibliografia: f. 33-37.

Apêndice: f. 38-39.

1. Conteúdos programáticos. 2. Educação financeira. 3. Ciências contábeis. I. Souza, Pâmella Raphaella Paiva Silva. II. Título.

CDU: 657

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA CRISTINA COSTA DOS SANTOS
PÂMELLA RAPHAELLA PAIVA SILVA SOUZA

PROPOSIÇÃO DE CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A INSERÇÃO DA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Trabalho de conclusão de curso submetida à
banca examinadora do curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em (dia) de (mês) de
(ano).

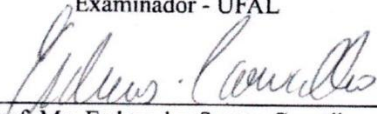
Documento assinado digitalmente
gov.br Josicleide de Amorim Pereira Moreira
Data: 15/04/2022 12:01:19-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Profª. Dra. Josicleide de Amorim Pereira Moreira
Orientadora - UFAL

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br Marcos Igor da Costa Santos
Data: 18/04/2022 16:51:13-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Marcos Igor da Costa Santos
Examinador - UFAL


Prof. Me. Esdras dos Santos Carvalho
Examinador - UFAL

Dedicamos este artigo aos nossos pais,
Antonieta Costa dos Santos, Antônio Izidoro
dos Santos e Érika Patrícia da Silva Souza e
Rui Paiva de Souza, por nos incentivarem a
buscarmos sempre novos conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus pela nossa vida e por nos ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. Aos nossos pais e irmãos, que nos incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam as nossas ausências enquanto nos dedicávamos à realização deste trabalho.

Agradecemos em especial à nossa orientadora Josicleide de Amorim, por ter nos auxiliado e orientado no desenvolvimento deste TCC, com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu conhecimento. Aos membros da banca, pela disponibilidade, participação e contribuições para o TCC.

Agradecemos aos nossos docentes, pelos conhecimentos e ensinamentos compartilhados, os quais nos permitiram apresentar melhor desempenho no processo de formação profissional. Agradecemos, ainda, à nossa instituição de ensino, Unidade Santana do Ipanema - UFAL, que foi essencial em nosso processo de formação, bem como a todos os servidores desta Unidade Educacional, que nos incentivaram e nos impactaram positivamente no decorrer de nossa jornada acadêmica.

Aos nossos colegas de turmas, por compartilharem tantos momentos de descobertas e aprendizados, e por todo o companheirismo ao longo deste percurso.

Eu, Ana Cristina, agradeço à minha irmã Ana, à minha cunhada Gilza, pelo apoio em todos os momentos, e à minha dupla Pâmella, pela paciência e compreensão, que foi fundamental na elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Eu, Pâmella Raphaella, agradeço à minha família, por se fazerem sempre presentes durante a elaboração deste trabalho, e à minha dupla Ana Cristina, pelo companheirismo, compreensão e principalmente paciência, que foi essencial no desenvolvimento deste TCC.

Finalmente, agradecemos a todos que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo, dessa forma, o nosso processo de aprendizagem.

“Investir em conhecimento rende sempre os melhores juros.”
(Benjamin Franklin).

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo propor uma relação de conteúdos programáticos para a inserção da Educação Financeira (EF) na formação em Ciências Contábeis. Trata-se de uma pesquisa básica, classificada como exploratória, com abordagem qualitativa, cujos procedimentos técnicos envolveram a pesquisa bibliográfica e a documental. A coleta de dados se deu de forma primária, optando-se pela aplicação de um questionário, via *Google Forms*, aos membros que compõem a Rede da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF), dos quais cinco deles participaram da pesquisa. As questões levantadas consideram os sete objetivos do modelo conceitual de Educação Financeira propostos no Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira. Os resultados da pesquisa apontam entre os conteúdos programáticos indicados: Instituições de direito; Legislação social; Direitos fundamentais; Código de Defesa do Consumidor; Consumo consciente; Fundamentos de macroeconomia e microeconomia; Poupança, investimento e sistema financeiro; Fundamentos de marketing e comportamento do consumidor; Mercado Financeiro; Fontes de financiamento em curto e longo prazos; Reflexão coletiva sobre EF na perspectiva crítica; O papel da família no planejamento financeiro; Liderança e comportamento humano; Ferramentas de análise e gestão financeira; Estrutura e custo de capital; Finanças pessoais; Previdência básica; Modelos de seguro saúde; Oportunidades e alternativas de crédito; Fundamentos básicos da teoria econômica, entre outros.

Palavras-chave: Ensino Superior; Ciências Contábeis; Educação Financeira; Conteúdos Programáticos.

ABSTRACT

This work aimed to propose a list of syllabuses for the insertion of Financial Education (FE) in Accounting Sciences training. This is a basic research, classified as exploratory, with a qualitative approach, whose technical procedures involved bibliographic and documentary research. Data collection took place in a primary way, opting for the application of a questionnaire, via Google Forms, to the members that make up the Brazilian Financial Education Olympics Network (OBEF), of which five participated in the research. The raised questions consider the seven objectives of the Financial Education conceptual model proposed in the Master Plan that consolidates the National Strategy for Financial Education. The research results point out among the indicated syllabuses: Law institutions; Social legislation; Fundamental rights; Consumer Defense Code; Conscious consumption; Fundamentals of macroeconomics and microeconomics; Savings, investment and financial system; Marketing fundamentals and consumer behavior; Financial Market; Long-term and short-term sources of finance; Collective reflection on FE in a critical perspective; Family role in financial planning; Leadership and human behavior; Financial analysis and management tools; Structure and cost of capital; Personal finances; Basic pension; Health insurance models; Credit opportunities and alternatives; Basic foundations of economic theory, among others.

Keywords: Higher Education; Accounting Sciences; Financial Education; Syllabuses.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sobre os Cursos de Ciências Contábeis.....	22
Tabela 2 - Dados sobre profissionais com registro ativo no CFC, por Região brasileira.	23
Tabela 3 - Dados sobre o endividamento das famílias brasileiras em 2020 e 2021, por Região.....	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Primeiro objetivo - formação para cidadania.....	26
Quadro 2 - Segundo objetivo - ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável.....	27
Quadro 3 - Terceiro objetivo – oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude.....	27
Quadro 4 - Quarto objetivo – formar disseminadores.....	28
Quadro 5 - Quinto objetivo – ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos.....	29
Quadro 6 - Sexto objetivo – desenvolver a cultura de prevenção.....	29
Quadro 7 - Sétimo objetivo – proporcionar possibilidade de mudança da condição atual.	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Associação de Educação Financeira
BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EF	Educação Financeira
EFE	Educação Financeira Escolar
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeira
FACAPE	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, Pernambuco
IES	Instituto de Ensino Superior
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFTO	Instituto Federal de Tocantins
INEP	Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IFMG	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFTO	Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas
MEC	Ministério da Educação
OBEF	Olimpíada Brasileira de Educação Financeira
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFCA	Universidade Federal do Cariri – Campus Juazeiro do Norte
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFERSA	Instituto de Ensino Superior em Mossoró
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Campus de Goiabeiras)
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás – Campus Samambaia
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIVASF	Universidade Federal Do Vale Do São Francisco - Campus Serra da Capivara
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO ENSINO BÁSICO AO SUPERIOR	16
2.1	Caminho para a implantação da Educação Financeira na formação em Ciências Contábeis	20
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4	ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	38

1 INTRODUÇÃO

Em vários países, a Educação Financeira (EF) se faz presente entre as pautas de discussões de agendas governamentais, bem como de algumas instituições privadas e até mesmo da sociedade civil. Intui-se que isso se deve à percepção acerca da importância do tema para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de um país, já que se espera que uma pessoa educada financeiramente tome decisões fundamentadas e tenha comportamentos e hábitos salutarres, de modo a melhorar a qualidade de vida em sociedade, com o meio ambiente e com equilíbrio financeiro (ANDRADE; LUCENA, 2018; TEIXEIRA; SONCIN, 2015).

Mediante isso, cabe a todas as esferas a adoção de estratégias que possibilitem o letramento financeiro aos cidadãos, de modo a torná-los críticos e capazes de tomarem decisões em consonância com a sua capacidade de endividamento, e que, além disso, promovam o bem-estar social e a qualidade de vida.

No que tange ao endividamento familiar do Brasil, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC, 2021), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), constatou-se que no mês de novembro de 2021 cerca de 75,6% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas. Vários fatores concorrem para o aumento do endividamento familiar, entre eles o desemprego, a renda insuficiente, a disseminação do crédito, o hábito de compra, o estímulo ao consumo de forma desenfreada, além da falta de planejamento financeiro (FERNANDES; PARAÍSO, 2020; SERASA EXPERIAN, 2018). Adiciona-se a isso o reflexo provocado pela crise sanitária mundial da COVID-19, que segundo o Relatório de Cidadania Financeira, divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2021), a partir de março de 2020, impactou o Sistema Financeiro Nacional (SFN), resultando, em alguma medida, no endividamento e na inadimplência dos cidadãos brasileiros.

Nessa seara, uma das possíveis soluções para o controle da capacidade de endividamento é buscar manter as finanças em equilíbrio e alinhadas às práticas de consumo consciente, mediante continuação de medidas educativas tanto do poder público como do privado (DIAS *et al.*, 2019). Quanto a isso, tem-se que a EF é uma ciência que visa auxiliar os indivíduos em relação à conscientização da relevância do planejamento financeiro, de modo a possibilitá-los a ter uma relação de equilíbrio com o dinheiro e as decisões sobre finanças e consumo consciente (BAVA, 2003), sendo, portanto, uma das prováveis respostas para os problemas do cotidiano.

Por tudo isso, levando-se em consideração uma sociedade consumista, na qual o cidadão precisa lidar com situações que exigem conhecimentos financeiros, entende-se que aprender a gastar menos do que ganha, controlar gastos e viver dentro do orçamento que dispõe possibilita alcançar objetivos de curto e longo prazo (MEDEIROS; LOPES, 2014).

Nesse sentido, tem-se que a inserção da EF é relevante para o bem-estar da sociedade, visto que tais conhecimentos podem contribuir para o letramento financeiro e a fundamentação de comportamentos e hábitos (BCB, 2013).

A disseminação do letramento financeiro é um esforço que vem sendo envidado em muitos países, como é o caso do Brasil, que editou o Decreto Federal nº 7.397, de 22 dezembro de 2010, que criou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (BRASIL, 2016), com o intuito de estimular a EF no país. Tal decreto possui papel fundamental por incentivar o exercício da cidadania e auxiliar os brasileiros a serem financeiramente mais conscientes (BRASIL, 2020).

Já em 2011, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) aprovou o Plano Diretor que consolida a ENEF, com ações compostas por programas transversais e setoriais, no qual o modelo conceitual de EF se apoia em sete objetivos intimamente ligados, tomando-se como ponto de partida as dimensões espaciais e temporais (VIDA E DINHEIRO, 2019).

Além disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) reconheceu a importância de introduzir a EF ao Ensino Básico brasileiro, e mediante diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida em 2017, tornou obrigatória sua implementação nos currículos escolares a partir do ano de 2020, de modo transversal e interdisciplinar, ou seja, sem componente curricular específico.

Porém, há evidências que a EF tem sido pouco explorada, principalmente, no universo acadêmico (MORAIS *et al.*, 2021), já que atualmente não existe a obrigatoriedade da inserção da EF no Ensino Superior Brasileiro. Apesar disso, acredita-se que sua implementação contribui de forma positiva para o desenvolvimento pessoal e profissional, independentemente da área de atuação, já que ser instruído financeiramente é tão importante quanto ser qualificado profissionalmente (MARTINS, 2011).

Partindo dessa análise, torna-se relevante inserir conteúdos programáticos voltados à EF nos componentes curriculares dos cursos de diferentes áreas do conhecimento do Ensino Superior brasileiro, de forma contínua, de modo a contribuir para a percepção da importância dos conhecimentos em finanças pessoais (ISOPPO; ZILLI; BIFF, 2019).

Cabe destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Superior (DCN)

estabelecem as competências que norteiam os currículos acadêmicos, exigindo sua especificação para cada curso de graduação (BRASIL, 2018). Especificamente, no tocante à Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, e à Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação em Ciências Contábeis (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b), verifica-se a ausência de diretrizes explícitas que indiquem a inserção da EF nos currículos das instituições brasileiras que ofertam tal formação. Evidencia-se, portanto, a necessidade de sua implementação, considerando-se os benefícios oriundos das competências e habilidades adquiridas pelos egressos do curso.

Contudo, não basta recomendar a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, mas importa também indicar quais conteúdos programáticos devem ser contemplados, de modo a atender aos objetivos dispostos no modelo conceitual de EF propostos pelo Plano Diretor da ENEF.

Com base no exposto, este trabalho parte da seguinte indagação: **quais conteúdos programáticos podem ser contemplados para a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, considerando-se os objetivos dispostos no modelo conceitual de EF, propostos no Plano Diretor que consolida a ENEF?**

Para responder tal questionamento, o objetivo desta pesquisa consiste em propor uma relação de conteúdos programáticos para a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis.

Este estudo se torna relevante diante da ausência de DCNs que recomendem e indiquem quais conteúdos programáticos devem ser contemplados nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis, ensejando a inserção da EF. Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa.

Com isso, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para ampliar a reflexão acerca da inserção de conteúdos programáticos relacionados à EF na formação em Ciências Contábeis, de modo a possibilitar o desenvolvimento de cidadãos educados financeiramente, autônomos, críticos, éticos, responsáveis e conscientes de suas decisões.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO ENSINO BÁSICO AO SUPERIOR

As questões que envolvem finanças fazem parte do cotidiano de qualquer cidadão, seja no trabalho, na escola ou nos próprios lares, já que naturalmente tem que lidar com temas como economia, juros, dívidas e consumo, de maneira prática (SILVA; SOUZA; FAJAN, 2015). Diante disso, entende-se que os conhecimentos acerca de fundamentos financeiros se tornam necessários, para que os cidadãos sejam mais conscientes e tomem decisões mais acertadas.

Mediante isso, tem-se que a EF possibilita a construção de conhecimentos de modo contínuo, devendo ser acessada por todos os indivíduos, sem conflitos de interesses por parte do poder público ou privado, uma vez que se trata de ensinamentos que preparam o cidadão a agir e tomar decisões de forma livre, com a capacidade de visualizar as possibilidades de modo claro e transparente (OCDE, 2005).

Nessa perspectiva, observa-se que desde a década de 1990 diversos trabalhos têm sido realizados, no contexto internacional e nacional, alguns deles com a finalidade de mensurar e avaliar o nível de EF, bem como outros aspectos, tais como decisões relacionadas a finanças pessoais, disseminação e qualidade das informações oferecidas por instituições de ensino e outros meios de comunicação (ALVES; SILVA; BRESSAN, 2011), ampliando-se, portanto, os debates em torno da temática.

Também no Brasil, verifica-se que as discussões e as ações sobre essa temática têm avançado, as quais vêm sendo compartilhadas por órgãos e entidades públicas, no âmbito federal, estadual e municipal, bem como por entidades privadas e da sociedade civil (BRASIL, 2016).

Logo, a EF tem sido um tema de interesse para o Brasil, cujas discussões junto à OCDE ocorrem desde 2005, resultando na edição do Decreto nº 7.397/2010, que cria a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), sendo posteriormente renovado pelo Decreto Federal nº 10.393/2020, que também institui o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Trata-se, portanto, de uma política de Estado, de caráter permanente, que tem o intuito de estimular a EF, contando com esforços de órgãos públicos e privados. O Decreto possui papel fundamental, visto que tem por finalidade incentivar o exercício da cidadania, disseminar a EF e previdenciária, promover a tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas, bem como aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro brasileiro. Tem-se que a instância responsável pela direção, supervisão e fomento da ENEF é o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), composto pelo Banco Central do

Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Superintendência de Seguros Privados; Ministério da Economia; Ministério da Educação; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais; Brasil, Bolsa e Balcão; Confederação Nacional das Seguradoras; Conselho Nacional de Secretários de Educação; Federação Brasileira de Bancos; e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (VIDA E DINHEIRO, 2019).

Mediante isso, pode-se afirmar que o Decreto Federal nº 10.393/2020 evidencia o compromisso do Brasil juntamente com vários órgãos e entidades, no sentido de fortalecer a EF para a formação do indivíduo e para o exercício da cidadania, ensejando que os brasileiros possam tomar decisões que propiciem sustentabilidade financeira, mas que também promovam a solidez do sistema financeiro do país.

Quanto à ENEF, cabe destacar a existência de dois documentos norteadores, sendo um deles com orientações para a EF nas escolas e outro com orientações para a EF destinada ao público adulto. Além disso, contempla os programas transversais e setoriais, sendo que o primeiro se dedica a ações que perpassam diversos setores, tendo por coordenação a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil). Já os setoriais visam ações e programas executados pelas intuições membros do CONEF. Esses programas são guiados pelo Plano Diretor que consolida a atuação da ENEF no país (VIDA E DINHEIRO, 2019).

Essas condições permitem que a ENEF possua uma estrutura que orienta e apresenta diretrizes para a efetivação da EF no âmbito nacional, definindo, inclusive, a responsabilidade que cabe a cada coordenação e membros partícipes, de modo que todos possam compreender o seu papel e realizar ações que aconteçam de forma articulada com o que prediz o Plano Diretor.

O Plano Diretor foi aprovado em 2011 pelo CONEF. Nele consta o modelo conceitual de EF, que se apoia em sete objetivos, que consideram as dimensões espaciais e temporais. A dimensão espacial tem por fundamento o reflexo das ações individuais em conformidade com o contexto social e sua relação inversa, considerando-se os níveis individuais, local, regional, nacional e global, sendo composta por quatro objetivos: 1) formar para a cidadania; 2) ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável; 3) oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude; e 4) formar disseminadores. Por outro lado, a dimensão temporal tem os seus conceitos baseados no entendimento de que as decisões tomadas no presente afetam o futuro, já que atravessa os espaços conectando passado, presente e futuro, sendo composta por três objetivos: 5) ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos; 6) desenvolver a cultura de

prevenção; e 7) proporcionar possibilidade de mudança da condição atual (VIDA E DINHEIRO, 2019).

Várias outras ações têm sido empreendidas pelo país, como é o caso da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP), que de acordo com a cartilha de divulgação da OBEP 2021 tem os seguintes objetivos: estimular e promover o estudo da EF nas instituições de ensino de cada Estado brasileiro; contribuir para a melhoria da qualidade da EF no país; despertar o interesse de crianças e adolescentes no aprendizado da EF desde a infância, acompanhando todo o seu desenvolvimento; contribuir para a integração das instituições de ensino com a Universidade Federal da Paraíba e demais parceiras do Projeto; contribuir para a erradicação da pobreza por meio de novas tecnologias sociais incluindo microfinanças; oportunizar aos jovens vivenciar um processo de alfabetização e apreensão de conhecimentos básicos em EF; fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas, no sentido de minimizar, para as futuras gerações, os problemas financeiros existentes em nossa sociedade; e contribuir para o empoderamento da população nacional no alcance do crescimento de renda, promovendo a inclusão social por meio de políticas fiscais, econômicas e financeiras.

A OBEP está vinculada ao Projeto de Extensão Educação Financeira para Toda a Vida, sendo de responsabilidade da Universidade Federal da Paraíba, por meio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, especificamente pelo Departamento de Finanças e Contabilidade. Atualmente, possui parceria com 35 Universidades Federais, 03 Universidades Estaduais, 04 Institutos Federais, 01 Fundação e 01 Autarquia, que compõem a Rede OBEP, a saber: UFAC, UFAL, UFBA, UFC, UFCA, UFERSA, UFES, UFFS, UFG, UFGD, UFMA, UFMG, UFMS, UFMT, UFOPA, UFPA, UFPB, UFPE, UFPI, UFRA, UFRGS, UFRN, UFRPE, UFRRJ, UFS, UFSC, UFT, UFU, UFV, UnB, UNIFAL, UNIFAP, UNIFESP, UNIVASF, UNIR, IFAL, IFB, IFMG, IFTO, UEA, UEM, UPE, FIPECAFI e FACAPE (ver lista de siglas).

Trata-se, portanto, de uma olimpíada científica brasileira anual que abrange discentes do Ensino Fundamental I até o Ensino Médio, os quais realizam provas segregadas em 05 níveis, sendo eles: Nível 1: 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I, Nível 2: 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I, Nível 3: 6º e 7º ano do Ensino Fundamental II, Nível 4: 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II, Nível 5: 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Todos os participantes recebem certificados, e aqueles que obtêm maiores pontuações são premiados com medalhas ouro, prata ou bronze.

A OBEP é apenas um dos exemplos de ações que estão sendo realizadas em território nacional, as quais têm se destacado e se consolidado na perspectiva de educar

financeiramente crianças, adolescentes, jovens e adultos, contribuindo para a construção de uma sociedade que consome de forma equilibrada e sustentável.

Importa destacar que o avanço das discussões sobre EF culminou no reconhecimento, por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE), acerca da importância de introduzir a EF ao Ensino Básico brasileiro, e na deliberação, por conseguinte, pela obrigatoriedade de sua implementação nos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio a partir do ano de 2020, mediante as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecida em 2017. Para tanto, orienta que a EF seja inserida de modo transversal e interdisciplinar, sem que haja componente curricular específico (BRASIL, 2019).

Portanto, a EF está entre os temas que compõem a BNCC, que é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas. Tal documento define o conjunto fundamental e progressivo de aprendizagem que são essenciais para os discentes desenvolverem ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Nesse contexto, a EF tem como propósito a conscientização sobre a importância do planejamento, para que o cidadão possa desenvolver uma relação de equilíbrio entre dinheiro e tomada de decisões sobre finanças e consumo (BRASIL, 2017), uma vez que envolve conhecimentos sobre planejar, controlar, discernir nas tomadas de decisões e escolhas de consumo, que são essenciais para a preparação financeira vindoura e o acúmulo de patrimônio (LAUREANO; MENDES; MATTOS, 2019).

Infere-se, com isso, que a implementação da EF em toda a base de ensino nacional é um passo importante para a melhoria da cidadania financeira dos brasileiros e, conseqüentemente, para o bem-estar financeiro da população (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019). Para tanto, torna-se necessário o ensino de conceitos de finanças pessoais e controle financeiro desde a infância, vislumbrando-se a melhoria da alfabetização financeira (SANTOS SOARES; TREVISAN; FREIRE, 2020).

Contudo, apesar de se constatar vários esforços objetivando a implementação da EF nos currículos de Ensino Básico, observa-se a ausência de documentos normativos e de diretrizes que apontem a sua inserção no Ensino Superior brasileiro. Todavia, entende-se ser necessária a continuidade da EF no Ensino Superior, já que vários discentes, possivelmente, só terão tais conhecimentos por ocasião do acesso a uma faculdade (ISOPPO, ZILLI E BIFF, 2019).

Além disso, deve-se considerar que é na idade adulta que os indivíduos passam a ter mais acesso a produtos financeiros, passando a lidar com o dinheiro e com decisões que muitas vezes são complexas e que exigem conhecimentos específicos. Por essas razões, torna-

se relevante a implementação da EF em todos os níveis de ensino, sobretudo na formação profissional, já que alguns profissionais terão que lidar com importantes tomadas de decisões pessoais, como também auxiliar nas decisões de terceiros.

Alguns pesquisadores enfatizam a necessidade da implementação da EF no Ensino Superior, como é o caso da pesquisa desenvolvida por Potrich, Vieira e Ceretta (2013), ao descreverem a urgência e a necessidade de serem desenvolvidas ações efetivas para minimizar os problemas do analfabetismo financeiro. Já Magalhães e De Montreuil (2019) constataram deficiência no planejamento financeiro dos estudantes pesquisados, revelando que o conhecimento deles sobre EF é limitado. Também outros pesquisadores se preocupam em abordar o tema no Ensino Superior, evidenciando-se o crescente interesse na efetivação da EF na formação profissional, a qual necessita de documentações normativas para sua legitimação.

Quanto aos documentos normativos que instituem a EF no ensino brasileiro, importa destacar que, tal qual o Ensino Básico, também o Ensino Superior se guia por dispositivos legais que devem ser observados por todas as instituições que ofertam cursos de graduação nas mais variadas áreas, entre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que são documentos de referência para cada curso nas instituições de Ensino Superior. Tais Diretrizes são discutidas, concebidas e fixadas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), definindo-se, portanto, os princípios, os fundamentos, as condições, os procedimentos e as finalidades estabelecidos para cada formação (BRASIL, 2020).

De forma nomeada, verifica-se que não constam nas DCNs do curso de Ciências Contábeis diretrizes expressas quanto à implantação da EF na formação em Contabilidade, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de sua inclusão nos currículos desses cursos que são ofertados no país. Evidencia-se a necessidade de sua implementação, tendo em vista os possíveis benefícios advindos das competências e habilidades adquiridas pelos estudantes do curso, mediante a EF.

2.1 Caminho para a implantação da educação financeira na formação em Ciências Contábeis

Pesquisas recentes dão conta da importância da EF no Ensino Superior por considerarem que os conhecimentos advindos produzem resultados positivos para os universitários. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Vital, Silva e Valdevino (2020),

sobre EF, revela que apenas 10,92% dos graduandos em Ciências Contábeis participantes da pesquisa sentem-se seguros e possuem conhecimentos amplos sobre finanças. Já a pesquisa realizada por Silva, F. T. A. de S. *et al.* (2019) aponta que muitos discentes ingressam nas universidades sem terem desenvolvido algumas competências, sendo necessário desenvolverem como alunos o senso crítico e reflexivo.

Os resultados dessas pesquisas evidenciam a urgência da inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, visto que o profissional contador, além de tomar decisões financeiras próprias, por vezes também auxilia seus clientes nesse processo.

Assim, o caminho que precisa ser alcançado é o de tornar a EF obrigatória no Ensino Superior, como já está sendo no Ensino Fundamental e Médio. Nessa perspectiva, as iniciativas consistem não apenas em refletir sobre sua importância, mas também em desenvolver conteúdos programáticos sobre EF na formação em Ciências Contábeis.

Assim, espera-se que o CNE possa editar Resolução que institua Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, recomendando a implementação da EF em seus currículos.

Constam em vigor a Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, e a Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis. No que tange à Resolução CNE/CES nº 10, consta em seu Art. 1º no § 2º que os projetos pedagógicos para cursos de graduação poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais. Desse modo, em seu Art. 5º apresenta que os projetos pedagógicos contemplem conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, tanto nacional quanto internacional. Além disso, estabelecem em seus conteúdos de formação básica estudos relacionados a áreas do conhecimento como Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística. Por sua vez, nos conteúdos de Formação Profissional estabelecem estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, dentre outros (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b).

Percebe-se, com base no exposto, que não há recomendação expressa quanto à implementação da EF nos currículos das instituições que ofertam cursos de Ciências Contábeis. Contudo, também não há nenhum impeditivo que impossibilite sua inserção entre os conteúdos programáticos dos componentes curriculares, já que a própria BNCC orienta que a EF seja contemplada no ensino de forma transversal, e não em disciplina específica.

Entretanto, presume-se que havendo a recomendação por parte do CNE, mediante Resolução, haverá adesão por parte de todas as instituições, tendo em vista sua obrigatoriedade, beneficiando, por conseguinte, maior número de egressos com tais conhecimentos.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2019, destaca-se que entre os anos de 2009 e 2019 as matrículas na Educação Superior tiveram um aumento de 43,7%, evidenciando incremento no número de ingressantes para a formação profissional. Nomeadamente, tem-se que no Curso de Ciências Contábeis são 358.240 matrículas ativas, sendo que 55,2% são do gênero feminino e 43,8% do masculino (INEP, 2019), revelando que as mulheres têm maior representatividade no curso, conforme o Censo de 2019.

O curso de Ciências Contábeis recebe o grau acadêmico em bacharelado, tendo duração média de quatro anos, com diplomação reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), sendo requisito obrigatório para exercer a profissão de contador. Além disso, o profissional deve obter o registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) de seu estado para exercer suas atividades. O curso, que pode receber também o nome de Contabilidade, é ofertado por universidades públicas e privadas, nos formatos presencial e a distância. A formação em Ciências Contábeis configura entre os cursos com maior número de matrículas ativas, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Dados sobre os Cursos de Ciências Contábeis.

Nº de Instituições que oferecem o curso			Número de cursos			Matrículas			Concluintes		
Total	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas
1.116	95	1.021	1.557	165	1.392	358.240	44.295	313.945	49.947	5.501	44.446

Fonte: Censo da Educação Superior de 2019.

De acordo com a Tabela 1, verifica-se que em 2019 havia 1.116 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 95 públicas e 1.021 privadas, que ofertavam 1.557 cursos de Ciências Contábeis no Brasil, dos quais 165 eram da rede pública e 1.392 da rede privada. O número de matriculados correspondia a 358.240, e de egressos a 49.947.

Com base nisso, tem-se que, se a EF fosse obrigatória na formação em Ciências Contábeis, somente em 2019 o país teria o equivalente a 49.947 profissionais de contabilidade educados financeiramente. Isso implicaria em quase 50.000 pessoas com conhecimentos que fundamentariam decisões financeiras e de consumo, impactando positivamente a sociedade como um todo.

Além disso, verifica-se que constam registrados no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 31 de dezembro de 2021, 366.307 contadores e 154.895 técnicos,

totalizando 521.202 profissionais ativos (CFC, 2022).

A Tabela 2 apresenta a participação desses profissionais por região brasileira.

Tabela 2 - Dados sobre profissionais com registro ativo no CFC, por região brasileira.

Região	Contador	%	Técnico	%	Total
Sudeste	178.541	48,74	89.524	57,80	268.065
Sul	68.240	18,63	24.251	15,66	92.491
Nordeste	61.060	16,67	23.709	15,31	84.769
Centro-Oeste	33.017	9,01	11.353	7,33	44.370
Norte	25.449	6,95	6.058	3,91	31.507
Total	366.307	100	154.895	100	521.202

Fonte: Adaptado de CFC (2022).

Conforme a Tabela 2, constata-se que a região com o maior número de profissionais de Contabilidade é o Sudeste, com 178.541 contadores e 89.525 técnicos. A segunda é a Região Sul, com 68.240 contadores e 24.251 técnicos, seguida do Nordeste, com 61.060 contadores e 23.709 técnicos. No Centro-Oeste são 33.017 contadores e 11.353 técnicos, e na Região Norte são 25.449 contadores e 6.058 técnicos.

Assim, contando exclusivamente com os profissionais contadores, o país possui 366.307 contadores, que se tivessem tido uma formação que contemplasse a EF, estariam sendo multiplicadores de tais conhecimentos, já que uma das atribuições da profissão é prestar assessoria, auxiliando, portanto, nas tomadas de decisão de seus clientes e, por conseguinte, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Financeiro e da sociedade. Logo, a Região Sudeste seria a mais impactada positivamente, já que o número de profissionais contadores em atuação é mais representativo. Ainda quanto a isso, entende-se que uma decisão tomada de forma fundamentada aumenta a probabilidade dos compromissos assumidos serem honrados, de modo a evitar a inadimplência e a exclusão de acesso a produtos financeiros.

O endividamento e a inadimplência dos brasileiros têm sido acompanhados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que em pesquisa divulgada em 2021 apresenta um comparativo entre os anos de 2020 e 2021, mostrando a situação de endividamento dos brasileiros por região, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Dados sobre o endividamento das famílias brasileiras em 2020 e 2021, por região.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
Regiões	% Endividados 2020	% Endividados 2021	Varição
Norte	69,6%	69,6%	0%
Nordeste	68,2%	72,7%	4,5%
Sudeste	63,2%	69,1%	5,9%
Centro-Oeste	65,2%	64,9%	0,3%
Sul	76,2%	81,7%	5,5%

Fonte: Adaptado de PEIC/CNC (2021).

A tabela 3 mostra que no ano de 2020 o maior percentual de endividados estava na Região Sul (76,2%), seguida das Regiões Norte (69,9%) e Nordeste (68,2%). Em 2021, a Região Sul continuou com o maior patamar de endividados, correspondendo a 81,7%, e com aumento de 5,5% em relação a 2020. A Região Norte manteve o mesmo percentual de endividados do ano anterior, e a Região Nordeste teve incremento de 4,5% no último ano. A Região Sudeste teve crescimento de 5,9% no número de endividados, enquanto o Centro-Oeste apresentou decréscimo de 0,3% no comparativo com o ano de 2020. Portanto, as Regiões que apresentaram maiores evoluções no percentual de endividados foram Sudeste (5,9%), Sul (5,5%) e Nordeste (4,5%).

Tais resultados corroboram com o entendimento de que se houvesse a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, possivelmente, os profissionais estariam capacitados a auxiliarem nas tomadas de decisão dos seus clientes, cujos impactos, em alguma medida, seriam observados também por região, visto que, tomando por base a pesquisa supracitada, aquelas que tiveram aumento no percentual de famílias endividadas correspondem justamente às regiões brasileiras com maior número de contadores registrados no CFC, quais sejam: Sudeste (178.541), Sul (68.240) e Nordeste (61.060), conforme Tabela 2, apresentada anteriormente.

Com base nisso, é possível perceber o quanto a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis pode contribuir para a formação dos profissionais da área, como também para a sociedade como um todo, de modo a fortalecer a economia e o sistema financeiro brasileiro. Contudo, faz-se necessário que os conteúdos programáticos ofertados pelas IES estejam em consonância com os sete objetivos do modelo conceitual de EF propostos no Plano Diretor da ENEF, tendo em vista a perspectiva de que o alcance de tais objetivos possibilita o letramento financeiro e o pleno exercício da cidadania financeira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se enquadra como pesquisa básica, que objetiva gerar conhecimentos novos e úteis, visando o desenvolvimento da ciência, sem a necessária implicação prática (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010), já que se pretende propor uma relação de conteúdos programáticos para a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que consiste em aproximar o problema, tornando-o mais explícito, de modo a aprimorar ideias (GIL, 2008). Assume a abordagem qualitativa, que tem como objetivo aprofundar-se na compreensão dos fatos estudados (PRODANOV; FREITAS, 2013). Essas classificações foram necessárias para se conhecer os assuntos que ensejam a EF no ensino superior, em particular na formação em Ciências Contábeis.

No que tange aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental. A primeira engloba materiais publicados em relação ao tema estudado (MARCONI; LAKATOS, 2017), servindo para revisar as publicações acerca da EF mediante artigos, livros e consulta a *sites*. A pesquisa documental se deu em torno das DCNs para os cursos de Ciências Contábeis ofertados no Brasil, bem como o último Censo da Educação Superior de 2019, no intuito de se conhecer as diretrizes e o quantitativo de cursos, discentes e egressos de tal formação em todo o país. Além disso, buscaram-se dados acerca do quantitativo de profissionais em contabilidade no Brasil, por meio do *site* do CFC.

O universo da pesquisa foi composto por membros pertencentes à Rede da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEPF), pelo fato de serem docentes do Ensino Superior e por atuarem em projetos de extensão que buscam promover a EF no Brasil. A amostra foi composta por cinco docentes que se dispuseram a participar da pesquisa, que se deu por meio de dados primários, mediante aplicação de questionário via *Google Forms*, contendo sete questões, tendo sido aplicado no período de 13/03/2022 a 02/04/2022. Após o tratamento dos dados obtidos, procedeu-se a análise de conteúdo, resultando em uma proposta de conteúdos programáticos que ensejam a EF para a formação superior em Contabilidade.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No intuito de propor uma relação de conteúdos programáticos para inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, tomando-se por base os sete objetivos do modelo conceitual de Educação Financeira propostos no Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira, foi aplicado um questionário, via *Google Forms*, aos membros que compõem a Rede da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira, dos quais cinco participaram da pesquisa.

Assim, considerando-se o primeiro objetivo do modelo conceitual de EF, formação para cidadania, que envolve questões relacionadas à articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, tais como liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia e trabalho, buscou-se saber quais conteúdos programáticos ensejam a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis. Os resultados obtidos estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Primeiro objetivo - formação para cidadania.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Consumismo; Empréstimos em financeiras; Cartão de crédito; Compras à vista ou a prazo; Estatística básica; Planejamento financeiro; Preservação do meio ambiente; Código de Defesa do Consumidor; Juros compostos; Investimentos; Uso das tecnologias digitais; Lucro e Despesa; Impostos; Orçamento Público; Democracia Participativa; Ética Geral e Profissional (Códigos de ética e implicações legais); Aspectos da ética (relacionados com os profissionais da área contábil e suas decisões). Instituições de Direito (Conceitos e noções básicas do Direito; Fontes do direito; Noções de Estado e poderes; Direito e garantias individuais; Direitos sociais; Introdução ao Direito Econômico). Direito Empresarial (Direito comercial; Fontes do direito comercial; Atos do comércio; Sociedades comerciais). Legislação Social (Direitos sociais previstos na Constituição Federal; Relação de emprego; Conceito de empregado e empregador; Contrato de trabalho; Rotina de admissão de empregados; Jornada de trabalho; Condições de trabalho; Encargos Sociais; Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos; Previdência Social; Justiça do Trabalho); os principais direitos fundamentais: Direito à vida; Direito à liberdade; Direito à igualdade; Direito à segurança; Direito à propriedade; Ética Contábil.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

No quadro 1, verifica-se que os participantes da pesquisa indicaram conteúdos programáticos que apresentam ligação com as perspectivas da EF, especialmente no que tange às questões relacionadas à cidadania. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a oferta de tais conteúdos possibilita que os estudantes de Ciências Contábeis tenham acesso a conhecimentos inerentes a direitos e deveres, de modo a direcioná-los ao exercício da cidadania, atendendo, portanto, o que dispõe a proposta do primeiro objetivo do modelo conceitual de EF, uma vez que o Plano Diretor da ENEF considera que o exercício da cidadania é imprescindível para se construir uma sociedade democrática e justa (ENEF, 2011).

O segundo objetivo, ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável, estuda questões sobre consumo consciente, responsável e ético, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais, bem como equilibrado com a poupança e os investimentos de curto e longo prazo. Buscou-se saber, portanto, quais conteúdos programáticos atendem a tal objetivo. Os resultados estão dispostos no quadro 2.

Quadro 2 - Segundo objetivo - ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Consumo consciente; O papel do consumidor; Uso ético do dinheiro; políticas econômicas de governo que afetam o povo; Reciclagem de produtos; políticas públicas de saúde, Saneamento e educação; Contabilidade Sustentável; Fundamentos de Microeconomia (As forças de mercado da oferta e da demanda; Custo da tributação; Custos de produção; Produtores e a eficiência dos mercados); Fundamentos de Macroeconomia (Renda e Despesa da Economia; os componentes do PIB; PIB Real e Nominal; Bem-Estar Econômico; Produção e crescimento; Poupança, Investimento e o Sistema Financeiro; Custos e causas da Inflação); Fundamentos de Administração (Ética na Administração; Relações humanas; Administração participativa; Tipologia das organizações; Novos modelos de Administração); Conceitos de juros simples e compostos; Descontos e séries de pagamentos; Correção monetária; Tópicos Contemporâneos em Contabilidade.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Constata-se, no quadro 2, a indicação de conteúdos programáticos que visam atender às perspectivas do segundo objetivo do modelo conceitual de Educação Financeira. Nota-se que os respondentes da pesquisa consideraram conteúdos que buscam auxiliar na compreensão dos impactos decorrentes das decisões de consumo, quais sejam: econômico, social e ambiental. Nesse sentido, espera-se que os discentes, mediante tais conhecimentos, possam tomar decisões de consumo alinhadas com o equilíbrio de suas finanças, e, para além disso, que essas decisões sejam tomadas de modo ético, consciente e responsável, como bem estabelece a ENEF (2011) ao considerar que consumir adequadamente é indispensável para se ter um bom funcionamento da economia e da sociedade como um todo.

Para o terceiro objetivo, oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude, que leva em conta a compreensão da linguagem do mundo financeiro e a leitura crítica de mensagens publicitárias sobre produtos de consumo, entre eles bens e serviços financeiros, possibilitando, assim, a tomada de decisão autônoma, de acordo com as reais necessidades de cada indivíduo, obtiveram-se como resultados os conteúdos programáticos apresentados no quadro 3.

Quadro 3 - Terceiro objetivo - oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Leitura, interpretação e tomada de decisões com base em gráficos; anúncios; juros simples e compostos; taxas; poupança; emprego e salário digno; Educação Financeira e Educação para o Consumo Responsável; Fundamentos de marketing e comportamento do consumidor (Conceito de marketing; Sistema de informações

de marketing e Pesquisa de Marketing; Composto de marketing - Produto, Preço, Promoção e Praça); Mercado Financeiro (Sistema Financeiro Nacional; Mercado Monetário; Mercado de Crédito; Mercado de capitais); Análise de Dados para Tomada de Decisão (Banco de dados: importância do tratamento e análise; ferramentas de análise multivariada para tomada de decisão); Administração Financeira (Risco, retorno e custo de oportunidade; decisões financeiras de longo prazo; decisões financeiras de curto prazo); Gestão Financeira; Administração do Capital de Giro; Fontes de Financiamento de Curto e Longo Prazo; Contabilidade Avançada.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

É possível verificar, no quadro 3, que os conteúdos programáticos demonstram consonância com o terceiro objetivo do modelo conceitual de EF, uma vez que possibilitam preparar os discentes dos cursos de Ciências Contábeis a compreenderem a linguagem financeira, mas também a julgarem criticamente as publicidades que incentivam o consumo excessivo. Essas condições ensinam que o indivíduo tome decisões de modo autônomo e em conformidade com as suas necessidades (ENEF, 2011).

O quarto objetivo, formar disseminadores, compreende a preparação do indivíduo para disseminar conhecimentos que inibam a tendência gastadora e promovam o consumo consciente. Nesse sentido, os conteúdos programáticos indicados pelos participantes da pesquisa são os que constam no quadro 4.

Quadro 4 - Quarto objetivo – formar disseminadores.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Reflexão coletiva sobre educação financeira na perspectiva crítica; O papel de toda a família no planejamento financeiro; Uso das tecnologias digitais para elaboração e envio de mensagens a favor do consumo consciente e ético; Medidas para preservar a natureza; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Jogos de Empresas (Habilidades para tomar decisões, analisar e interpretar os relatórios contábeis gerados no simulador; definição das equipes, planejamento e desenvolvimento de projetos); Liderança e Comportamento Humano (O perfil do empreendedor sob a perspectiva da subjetividade; Afeto e emoções relacionados à vida no trabalho; Desafios e tendências do comportamento humano do empreendedor); Análise da Decisão (Reconhecimento e estruturação do problema decisório; aspectos comportamentais da tomada de decisão); Aplicação dos princípios básicos do cálculo financeiro para tomada de decisão. Compreensão dos conceitos de juros simples e compostos, descontos e séries de pagamentos; Tópicos Contemporâneos em Contabilidade.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

No quadro 4, é possível observar que dentre os conteúdos programáticos propostos pelos participantes da pesquisa têm-se aqueles que apresentam, claramente, estreita ligação com o quarto objetivo em análise, evidenciando o caráter disseminador resultante dos conhecimentos adquiridos durante a formação do discentes, de modo a torná-los multiplicadores da EF. A própria OCDE (2005) considera que os conhecimentos adquiridos sejam retransmitidos entre os países, de modo a evitar desperdício, e para o aproveitamento de práticas bem sucedidas, configurando-se a disseminação de experiências. No mesmo sentido, a ENEF (2011) conclama para que os conhecimentos apreendidos e os comportamentos adquiridos pelos estudantes sejam disseminados no seio familiar, como também no grupo

social a que pertencem.

O quinto objetivo, ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos, contempla as etapas distintas de execução de um planejamento, considerando as prioridades e renúncias do momento presente. Os participantes da pesquisa consideram que para atender a tais objetivos devem ser abordados os conteúdos programáticos, conforme listados no quadro 5.

Quadro 5 - Quinto objetivo – ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Planejamento financeiro; Compras necessárias e supérfluas; Investimentos Pessoais; Planejamento Estratégico e Orçamento Empresarial (Planejamento Orçamentário; Controle Orçamentário); Controladoria (Ambiente organizacional; Avaliação de desempenhos no contexto organizacional; Tópicos especiais em controladoria); Contabilidade de Custos (A contabilidade de custos e seu relacionamento com a contabilidade societária, tributária e gerencial); Gestão e Planejamento Tributário (Conceitos, Objetivos, Instrumentos de planejamento); Ferramentas de Análise e Gestão Financeira; Estrutura e Custo de Capital; Fontes de Financiamento de Curto e Longo Prazo.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

No quadro 5, constam os conteúdos programáticos que possuem relação com as orientações da ENEF para o objetivo supracitado, conforme o entendimento dos respondentes. Os conteúdos elencados visam prover os formandos com conhecimentos que possibilitem a elaboração de planejamento financeiro, de modo a atender tanto as suas necessidades de curto, de médio, quanto as de longo prazo. Quanto a isso, compete reconhecer quais as prioridades e o que pode ser renunciado para a consecução da situação desejada, uma vez que as decisões financeiras do presente, bem como as do futuro, afetam diretamente o indivíduo (ENEF, 2011), cabendo-lhe, portanto, planejar adequadamente para a realização do que se pretende.

O sexto objetivo, desenvolver a cultura de prevenção, considera as opções de prevenção para situações adversas e inesperadas que exigem consumo financeiro, sejam elas: evitar desperdícios, reservar dinheiro para uma emergência, fazer seguros, fazer investimentos, dispor de previdência, entre outros. As respostas obtidas para esse objetivo estão apresentadas no quadro 6.

Quadro 6 - Sexto objetivo – desenvolver a cultura de prevenção.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Conhecimento dos tipos de investimentos; leitura crítica de matérias de veículos de comunicação; Medidas saudáveis para enfrentar situações inesperadas que requerem dinheiro; Análise de Risco de Investimentos; Finanças Pessoais (Economia; Educação Financeira; Orçamento pessoal, Planejamento Financeiro; Planejamento estratégico pessoal; Previdência Básica (Conceitos, fontes de informações e dados sobre previdência social; Desenho e indicadores de desempenho de sistemas previdenciários; Avaliação atuarial de regimes previdenciários e demografia); Modelos de Seguro Saúde (O mercado de seguro de saúde; principais produtos Mix público e privado); Princípios básicos do cálculo financeiro para tomada de decisão envolvendo fluxos financeiros; Conceito de Valor e Fluxo de Caixa; Tópicos Contemporâneos em Contabilidade.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

É perceptível, no quadro 6, que os conteúdos programáticos listados possuem consonância com o que prevê o modelo conceitual de EF, já que possibilitam que os estudantes adotem a cultura de prevenção por meio de conhecimentos que fundamentarão suas decisões no que tange a produtos e serviços que podem ser acessados por ocasião de intempéries da vida, mas também para que no futuro possam usufruir de uma aposentadoria que atenda às suas necessidades, conforme estabelece a ENEF (2011).

Nota-se que a cultura de prevenção não está consolidada no país, e que os conhecimentos acerca de produtos e serviços que promovem tal cultura podem ser ofertados pelas instituições de ensino. A exemplo disso, cita-se a pesquisa desenvolvida por Santos Soares, Trevisan e Freire (2020), que objetivou verificar o grau de conhecimento e habilidades financeiras que os acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior privada possuem. Os resultados apontaram que os pesquisados têm perfil conservador de investimentos, poucos deles realizam aplicações financeiras, sendo que parte destes investe em caderneta de poupança. Com base nisso, percebe-se o baixo grau de conhecimentos e habilidades financeiras por parte dos pesquisados, distanciando-os, portanto, da cultura de prevenção.

O sétimo objetivo do modelo conceitual de EF, proporcionar possibilidade de mudança da condição atual, considera a geração de conhecimentos que ajudem a superar e a evitar dificuldade econômica, auxiliando o indivíduo a rever suas atitudes e a sair das condições de um possível endividamento. Os respondentes da pesquisa indicaram conteúdos programáticos, conforme mostra o quadro 7.

Quadro 7 - Sétimo objetivo - Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Cuidados com cartão de crédito, empréstimos em financeiras e com agiotas; planejamento financeiro rigoroso; Educação ambiental; Finanças Pessoais (Economia; Educação Financeira; Orçamento pessoal; Planejamento estratégico pessoal; Modelos de planilhas de controle do orçamento pessoal ou familiar; Comportamento diante das compras; Oportunidades e Alternativas de crédito; Dicas para evitar a inadimplência; Implementação da Gestão Financeira); Administração Financeira (As principais decisões financeiras; Decisões de Investimento; Análise de investimento, financiamento, endividamento; Risco, retorno e o mercado de capitais; Ferramentas para gestão do capital de giro); Fundamentos básicos da teoria econômica; Conceitos iniciais das Ciências Econômicas; Apresentação do modo de pensar dos agentes econômicos, bem como seus comportamentos e interações; Controladoria.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Com relação ao quadro 7, observa-se que os conteúdos programáticos indicados mostram relação com as orientações do modelo conceitual da EF. Espera-se, com tais conhecimentos, que os egressos dos Cursos de Ciências Contábeis estejam aptos a exercerem a mobilidade social, de modo a aprimorar sua condição socioeconômica mediante a adoção de novos hábitos e atitudes (ENEF, 2011) cujos efeitos possam impactar positivamente a

economia, o meio ambiente e a sociedade como um todo.

Com base na pesquisa, pode-se afirmar que os sete objetivos do modelo conceitual de Educação Financeira propostos no Plano Diretor que consolida a Estratégia Nacional de Educação Financeira ensejam conteúdos programáticos que, mediante a disseminação de conhecimentos, possibilitam o exercício pleno da cidadania e a melhoria da condição socioeconômica dos acadêmicos em Ciências Contábeis, cujos benefícios também refletem em seus familiares e no meio social no qual estão inseridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias pesquisas apontam a importância da EF para a construção de uma sociedade consciente, responsável, financeiramente equilibrada e sustentável, evidenciando que o contato com os conhecimentos advindos da EF deve ser possibilitado desde a infância, de modo a formar indivíduos capazes de exercerem plenamente a cidadania. Nesse sentido, a inserção da EF na Educação Básica tornou-se obrigatória no país, sinalizando sua necessidade também na Educação Superior.

Baseando-se nessa afirmação, o presente estudo teve como objetivo propor uma relação de conteúdos programáticos para a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, levando em consideração os sete objetivos do modelo conceitual de Educação Financeira propostos no Plano Diretor que consolida a ENEF.

Os resultados da pesquisa apontam entre os conteúdos programáticos indicados: Instituições de direito; Legislação social; Direitos fundamentais; Código de Defesa do Consumidor; Consumo consciente; Fundamentos de microeconomia; Fundamentos de macroeconomia; Poupança, investimento e o sistema financeiro; Fundamentos de marketing e comportamento do consumidor; Mercado Financeiro; Fontes de financiamento de curto e longo prazo; Reflexão coletiva sobre EF na perspectiva crítica; O papel da família no planejamento financeiro; Liderança e comportamento humano; Planejamento financeiro; Ferramentas de análise e gestão financeira; Estrutura e custo de capital; Finanças pessoais; Previdência básica; Modelos de seguro saúde; Oportunidades e alternativas de crédito; Fundamentos básicos da teoria econômica, além de outros.

De forma conclusiva, tem-se que esta pesquisa busca lançar novos olhares e descortinar motivações para as discussões acerca de conteúdos programáticos que ensejem a inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, não apenas pela importância que tal educação proporcionará aos egressos desses cursos, mas também pelas contribuições que podem ser dadas pelos profissionais de contabilidade, para propiciar uma sociedade com equilíbrio econômico, social e ambiental.

No que tange às limitações da pesquisa, destaca-se a ausência de estudos acerca de conteúdos programáticos para inserção da EF na formação em Ciências Contábeis, bem como de documentos que versem sobre a temática.

Considerando que a EF desempenha importante papel para melhorar a qualidade de vida em sociedade, sugere-se que novas pesquisas busquem respostas efetivas acerca da inserção de conteúdos programáticos nas IES que ofertam cursos de Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J.P.; LUCENA, W. G. Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, MG, v. 18, n.49, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/10121/13487>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- ALVES, Rodrigo Araújo; SILVA, Janaína Senra; BRESSAN, Aureliano Angel. Educação financeira de discentes em Ciências Contábeis: diagnóstico e comparação com universitários Norte-Americanos, Rio de Janeiro-RJ. In: **II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis AdCont 2011**, p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://adcont.net/index.php/adcont/adcont2011/paper/view/384>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- BAVA, S.C. A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. **Cadernos gestão pública e cidadania**, v.8, n. 31, São Paulo: FGV-EAESP, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/43851/42712>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Compreendendo o passado, analisando o presente e ajudando a delinear o futuro da cidadania financeira no Brasil. **Relatório da Cidadania Financeira, 2021**. Brasília-DF. 139 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Apoia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica**, 2016. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/34351-mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica>. Acesso em: 11 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 6, de 10** de março de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_04.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 10**, de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 334**, de 08 de maio de 2019. Institui a Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores. Brasília, DF:

Conselho Nacional de Educação. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. **Ministério da Economia**. Educação Financeira e Previdenciária, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/regulacao/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria-1>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**, 2018. Página inicial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 04 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**, 2019. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Resumo técnico do Censo da Educação Superior, 2019 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 fev. 2022.

CFC. **Conselho Federal de Contabilidade**. Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria, 2022. Disponível em:
<https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1>. Acesso em: 12 fev. 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado no D.O.U de 09 de junho de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 28 jan. 2022.

DIAS, Carina De Oliveira *et al.* Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 2190-2211, 2019. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BASR/article/viewFile/3986/3774>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). Estratégia Nacional de Educação

Financeira. **Plano Diretor**. Brasília: ENEF, 2011. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva; PARAÍSO, Sandra Chaves Silva. O CRESCIMENTO DO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322600498.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ISOPPO, Monise; ZILLI, Julio Cesar; BIFF, Millena. Perspectivas para a Educação Financeira no Ensino Superior. In: **Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior**. [S.L.], 2019. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/admcomex/article/view/5247>. Acesso em: 10 nov. 2021.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. Metodologia da pesquisa: um guia prático. **Bahia: Editora Via Litterarum**, 2010. Disponível em: http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrode Metodologia da pesquisa 2010_011120181549.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

LAUREANO, Antonia Ilânia Rodrigues; MENDES, Daniel Paiva; MATTOS, Sergio Horta. Educação Financeira: Um estudo com os discentes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Expressão Católica**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 79-91, 2019. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/3221>. Acesso em: 30 dez 2021.

MARTINS, José Pio. **Seu futuro: educação financeira e atitudes para conquistar sua independência**. 1. Ed. -São Paulo, SP: Editora Fundamentos Educacional, 2011. 128 p.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p. João Bosco Medeiros.

MAGALHÃES, R. C.; DE MONTREUIL, C. U. A educação financeira na tomada de decisões dos jovens universitários: um estudo considerando as novas tecnologias bancárias e digitais. **Revista dos Mestrados Profissionais**. Pernambuco, v.08, n.1. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/RMP/article/viewFile/243395/33878>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MORAIS, Diogo Martins Gonçalves De *et al.* A Educação Financeira no Ensino Superior: Um Estudo das Principais Abordagens Educacionais e a Concepção de uma Proposta Pedagógica Inovadora. **Revista de Casos e Consultoria**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. e24142, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24142>. Acesso em: 30 dez. 2022.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; LOPES, Taize de Andrade Machado. Finanças pessoais:

um estudo com alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria–RS. Florianópolis. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5b4e/726b4c25c34efb6ad52d544854ce18d829da.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*. **Financial Market Trends**, v. 2, n. 89, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? Santa Maria-RS, **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 3, p. 315-334, 2013. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1656/738>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PEIC, PESQUISA CNC. **Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2021. Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Divisão Econômica, 2021. Disponível em: https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/11/Graficos_Peic_nov_2021.pdf. Acesso em: 01 jan. 2022.

PEIC, PESQUISA CNC. **Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. O perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2021. Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Divisão Econômica, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/hanac/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Endividamento/END.%20021%20dezembro.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2022.

SANTOS SOARES, R. C. dos; TREVISAN, T.; FREIRE, E. J. O conhecimento financeiro dos estudantes universitários: Um estudo descritivo em uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Científica da Ajes**, Juína, MT, v. 9, n. 18, 2020. Disponível em: <http://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/357/272>. Acesso em: 11 de jun. de 2021.

SERASA EXPERIAN. **Conheça as 7 principais causas da inadimplência no Brasil hoje**, 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SILVA, Juliana Tomaz De Lima; SOUZA, Dércia Antunes; FAJAN, Fernanda Deolinda. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, [S.L.], v. 12, p. 1-15, 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>. Acesso em: 15

jan. 2022.

SILVA, F. T. A. de S. *et al.* Educação Financeira para estudantes da Educação Superior. **TANGRAM - Revista de Educação Matemática**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 16–27, 2019. DOI: 10.30612/tangram.v2i3.8988. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/tangram/article/view/8988>. Acesso em: 30 nov. 2021.

TEIXEIRA, R. V.; SONCIN G. J. M. O Endividamento do consumidor brasileiro e a ofensa ao princípio da dignidade humana. **Revista de Estudos Jurídicos**, Maringá, PR, v. 1, n. 25, 2015. Disponível em: <http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/view/21>. Acesso em: 29 jan. 2022.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JUNIOR, F. de J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0182568, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568>. Acesso em: 29 jan. 2022.

VIDA E DINHEIRO. **Modelo conceitual e objetivos**. Brasília: ENEF, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/en/modelo-conceitual-e-objetivos/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

VIDA E DINHEIRO. **Quem somos**. Brasília: ENEF, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

VIDA E DINHEIRO. **Deliberação nº 2, de 5 de maio de 2011**. Brasília: ENEF, 2019. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/05-08-2014-CONEF-Deliberacao_2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

VIDAL, Yollanda Débora Rocha Lopes; DA SILVA, Kennedy Paiva; VALDEVINO, Rosângela Queiroz Souza. Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre educação financeira. **Revista Conhecimento Contábil**. Mossoró-RN, v. 10, n. 1, p. 80-95, 2020. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RCC/article/view/1925/1772>. Acesso em 10 fev. 2022.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Proposição de Conteúdos Programáticos para a Inserção da Educação Financeira na Formação em Ciências Contábeis.

Levando em consideração os sete objetivos do modelo conceitual de Educação Financeira proposto no Plano Diretor, que consolida a ENEF, indique quais os conteúdos programáticos e em quais disciplinas eles podem ser abordados, ensejando-se a inserção da temática na formação em Ciências Contábeis, conforme cada objetivo proposto:

Questão 1/7

1° Objetivo: Formação para cidadania.

Considera questões envolvendo articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, tais como liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia e trabalho.

Indique quais os conteúdos programáticos que atendem a tal objetivo:

Questão 2/7

2° Objetivo: Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável.

Estuda questões sobre consumo consciente, responsável e ético, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais, bem como equilibrado com poupança e investimentos de curto e longo prazo.

Indique quais os conteúdos programáticos que atendem a tal objetivo:

Questão 3/7

3° Objetivo: Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude.

Compreende a linguagem do mundo financeiro e a leitura crítica de mensagens publicitárias sobre produtos de consumo, entre eles, bens e serviços financeiros, possibilitando a tomada de decisão autônoma e de acordo com as reais necessidades.

Indique quais os conteúdos programáticos que atendem a tal objetivo:

Questão 4/7

4° Objetivo: Formar disseminadores.

Prepara o indivíduo para disseminar conhecimentos que inibam a tendência gastadora e promovam o consumo consciente.

Indique quais os conteúdos programáticos que atendem a tal objetivo:

Questão 5/7

5° Objetivo: Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos.

Contempla as etapas distintas de execução de um planejamento, considerando as prioridades e renúncias do momento presente.

Indique quais os conteúdos programáticos que atendem a tal objetivo:

Questão 6/7

6° Objetivo: Desenvolver a cultura de prevenção.

Considera as opções de prevenções para situações adversas e inesperadas que exigem dispêndio financeiro, sejam elas: evitar desperdícios, reservar dinheiro, fazer seguros, fazer investimentos, dispor de planos de previdência, entre outros.

Indique quais os conteúdos programáticos que atendem a tal objetivo:

Questão 7/7

7° Objetivo: Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual.

Gera conhecimentos que ajudam a superar e a evitar dificuldades econômicas, auxiliando o indivíduo a rever atitudes e a sair da condição de potencial endividado.

Indique quais os conteúdos programáticos que atendem a tal objetivo:
